

## DO DCE À UNE: REABERTURA POLÍTICA, MOVIMENTO ESTUDANTIL E A SOCIEDADE EM SERGIPE, 1975-1979

José Vieira da Cruz\*

### Introdução

*O processo indireto da eleição do Diretório Central dos Estudantes impede a participação da maioria dos estudantes na escolha da diretoria de sua entidade. São apenas 04 estudantes por cada unidade, decidindo por todos os alunos do curso. (DCE, 1978b: 1)*

A discussão sobre as eleições para a direção do Diretório Central dos Estudantes da Universidade Federal de Sergipe (DCE/UFS), abordada na nota supracitada, descreve o processo eleitoral restrito e indireto pelo qual, estavam sendo eleitos os representantes desse diretório, após a reabertura da mencionada entidade estudantil em 1975. Essa experiência eleitoral, indireta e restrita, vivenciada, alguns anos depois, no contexto do final da década de 1970, não passou sem protestos por parte dos estudantes que assistiam aos acontecimentos do lento e gradual processo de abertura política que o país começava a atravessar (MATHIAS, 1995, MÜLLER, 2010).

Nesse contexto, após o insucesso dos que enveredaram pela luta armada, a ideia de combater a ditadura a partir da resistência democrática passou a envolver setores do movimento estudantil, da comunidade universitária e da sociedade civil. Esta perspectiva estendeu-se e teve sua culminância com o processo de redemocratização do país ocorrido ao longo da década 1980. Em meio a esse interstício, delegações de estudantes universitários de várias partes do país, inclusive de Sergipe, promoveram o congresso de reabertura da União Nacional dos Estudantes (UNE), ocorrido na cidade de Salvador, em 1979.

Em torno desse movimento de reabertura do DCE/UFS e da UNE é possível perceber também a articulação de debates sobre o papel da universidade, dos posicionamentos da comunidade acadêmica, da importância do voto direto para o DCE, da organização do movimento pela anistia, da luta pela liberdade de expressão e por melhores condições de vida, da luta pelo direito das mulheres e dos negros, entre várias outras questões que começaram a avolumar-se.

---

\* Prof. da Universidade Federal de Alagoas, Doutor em História Social.

Em torno desse campo de estudo e a partir da análise de fontes orais e escritas, esta comunicação tem por objetivo estudar algumas experiências de participação do movimento estudantil em Sergipe durante o período de abertura política e de reorganização de alguns setores da sociedade civil brasileira, entre 1976, quando da reabertura do DCE/UFS, e 1979, quando da participação de uma delegação de estudantes de Sergipe no Congresso de reabertura da UNE.

Balizado por esse objetivo esta pesquisa articula quadro momentos de discussões: a reabertura do DCE/UFS e a (re)organização dos estudantes e da sociedade civil; o processo de negociação e conquista das eleições diretas para o DCE; a luta pelas eleições diretas para a mencionada entidade estudantil e o processo de reorganização da sociedade civil; a participação da delegação de Sergipe no congresso de reabertura da UNE e a greve de 1979 na UFS e, por fim, os significados desse passado presente da história do Brasil.

## **A reabertura do DCE e a (re)organização dos estudantes e da sociedade**

Após a reabertura do DCE/UFS em 1976, observa-se – sobretudo nos jornais estudantis que circulavam em meio as calouradas organizadas pela entidade para recepcionar os estudantes que ingressavam na universidade – a formatação de uma agenda de reivindicações e de estratégias de socialização política e cultural envolvendo tanto os estudantes quanto funcionários e professores da universidade, assim como outros setores da sociedade. Por um lado, as calouradas reuniam tanto os novos estudantes quanto os já estabelecidos em torno de atividades festivas e culturais para que eles começassem a participar, “ver e a viver uma vida universitária num amplo e verdadeiro sentido: observando, discutindo, pensando, participando e... se divertindo que ninguém e de ferro” (DCE, 1978a: 2). Por outro lado, esses jornais, publicados pelo DCE e pelos Diretórios Acadêmicos (DAs), estimulavam por meio de seus editoriais, crônicas, charges, histórias em quadrinhos, entre outros recursos textuais e de imagem, o posicionamento político por parte de seus leitores, tanto os estudantes

universitários – público-alvo dessas ações – como os demais membros da comunidade universitária e a sociedade civil organizada.

A junção dessas duas experiências, a dos jornais e das calouradas, fica evidenciada na edição de nº 2 do *Jornal do Calouro*, publicada por ocasião da calourada de 1978. Nessa edição, chama atenção a história em quadrinhos intitulada “ABC do Calouro: guia prático tira-dúvidas”, através da qual, de forma humorada, é apresentado aos universitários um país que no passado discutia a política nas ruas, nos sindicatos e nas universidades, mas que naquele momento atendia apenas aos privilégios de poucos (DCE, 1978a: 2).

Em outro momento do mencionado jornal, um *totem* formado pela sobreposição de três personagens é utilizado para descrever as contradições da estrutura social do país no final da década de 1970. O primeiro desses personagens, de cima para baixo, é o governo, simbolizado por uma autoridade de terno e gravata borboleta, que expressa o desejo de que naquele ano de 1978 ele tivesse a mesma boa vida do ano anterior: “banquetes, mulheres, mordomias, diversão...”. O segundo é um estudante, simbolizado por um jovem barbudo com roupas informais, que carrega sobre os ombros o peso da burocracia e do autoritarismo do governo e que deseja para o mencionado ano: “voto, anistia, liberdade de expressão para melhorar a situação”. E o terceiro é um trabalhador, representado pela figura de um operário com capacete, roupas desgastadas, derramando o suor do rosto para sustentar os privilégios da alta burocracia do estado e as reivindicações dos estudantes, este último deseja para o seu dia a dia naquele ano “arroz, farinha e feijão pra aguentar esse rojão” (DCE, 1978a: 2).

Além da publicação de jornais e da realização de calouradas – geralmente marcadas por críticas irreverentes, discussões sobre o papel dos estudantes e análises sobre a conjuntura política do país e do mundo –, os estudantes universitários, através do DCE/UFS, promoveram alguns ciclos de palestras para discutir temas relacionados à agenda política do período, numa referência aos estudantes e à universidade que deveriam interagir com as discussões dos problemas da sociedade brasileira.

Um desses ciclos de palestras, ocorrido em 1977 – pensado para discutir os efeitos do “Decreto 477” sobre os estudantes e a universidade –, foi alvo de proibições por parte da reitoria da UFS, sob orientação da Assessoria de Segurança e Informação (ASI), que informou aos estudantes, às vésperas da realização do mencionado ciclo de palestras, que eles tinham de solicitar uma autorização ao Ministério da Educação e Cultura (MEC) com 60 dias de antecedência e que em razão disso o evento não poderia acontecer (UFS, 1977; ALVES, 2010).

Em face dessa restrição, o DCE/UFS procurou o apoio jurídico da OAB/secção Sergipe para “exigir a volta do ESTADO DE DIREITO”, sob o argumento de que, não obstante a busca pelo diálogo, postura que os estudantes afirmavam manter com a reitoria, essa atitude estava sendo contrariada pela universidade e seus dirigentes (UFS, 1977).

Os estudantes, diante desse impasse, acabaram por deliberar pela realização do mencionado ciclo de palestras. Este evento, a princípio, deveria ocorrer no prédio da Faculdade de Direito, situado na rua Ivo do Prado, próximo ao chamado centro de Aracaju; mas em razão da proibição imposta pela universidade, sob orientação da ASI, foi realizado pelos estudantes na sede da entidade estudantil situada na rua Campos. Segundo Milton Alves, na época presidente do DCE/UFS, os estudantes lotaram o espaço para assistir à palestra sobre o Decreto 477, proferida pelo senador Gilvan Rocha (ALVES, 2010). A respeito dessa palestra, além do significado político do tema, a escolha do palestrante também tinha um significado político à parte, já que Gilvan Rocha, eleito senador pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB) de Sergipe, em 1974, numa eleição tida como improvável diante da disputa com uma tradicional figura da política estadual, representava uma voz legitimada pela oposição contra a ditadura civil-militar (DANTAS, 1997:172-180).

Ainda na gestão do DCE de 1978, presidida por Milton Alves, os estudantes promoveram mais um ciclo de palestras. Desta feita com Jonas Amaral, vereador por Aracaju reeleito pelo MDB. Essa palestra, conforme recorda Alves, teve a presença de agentes da Polícia Federal gravando as discussões realizadas (ALVES, 2010). Esses agentes, segundo as entrevistas de alguns militantes estudantis do período, eram facilmente identificados em razão do biótipo e

do sotaque, já que a maior parte deles vinha de outros estados ou eram pessoas das quais eles já suspeitavam que trabalhassem para a Polícia Federal ou para a ASI (ARAÚJO, 2010; BEZERRA, 2008).

Não obstante essa sensação incômoda, isto é, de saber que estavam sendo vigiados e de que as discussões proferidas poderiam estar sendo gravadas, os estudantes sustentaram a realização da palestra do vereador Jonas Amaral, mesmo sabendo que no lugar desse palestrante a universidade havia recomendado o professor de direito, Carlos Augusto Aires de Freitas Britto, participante da Associação dos Estagiários da Escola Superior de Guerra (ADESG), DANTAS, 1997: 153). A decisão em favor de Jonas Amaral como palestrante, por um lado, tinha o significado político semelhante ao da palestra proferida pelo senador Gilvan Rocha, ou seja, de valorização de um discurso de resistência democrática frente à ditadura civil-militar. Por outro lado, a rejeição ao nome de Carlos Augusto Aires de Freitas Britto também tinha, na época, um significado não menos importante, tanto por ele ser membro da ADESG quanto pelo fato dele ter sido associado como um dos advogados que defenderam os interesses da família Britto em um litígio de terras com os remanescentes indígenas da tribo Xocó, cuja causa havia sido apoiada por professores e estudantes da UFS (DANTAS, 1980: 10-20).

Apesar dessa rejeição, compreensiva para o momento político em discussão, o professor de direito e advogado Carlos Britto tonar-se-ia nas décadas seguintes, um participante do movimento pela redemocratização do país (ALVES, 2010), jurista notabilizado pelo êxito em causas trabalhistas em favor de algumas categorias de servidores públicos e, ainda, pela atuação como ministro e presidente do Supremo Tribunal Federal (SANTOS, 2002: 166-169), oportunidade em que assumiu posições jurídicas reconhecidas por setores tanto liberais quanto progressistas da sociedade brasileira.

### **Negociação e conquista das eleições diretas para o DCE**

Norteados por esse horizonte de discussões, os universitários de Sergipe, no período de 1976 a 1978, sob influência dos estudantes comunistas e liberais que atuavam na Ala Jovem do

MDB, entre outras conquistas, conseguiram negociar a realização de eleições diretas para o DCE, ou seja, eleições nas quais os estudantes que desejassem, e não apenas seus representantes, tomariam parte no processo de votação. Esta conquista foi assegurada pela aprovação junto ao Conselho Superior da UFS, através da Resolução nº 10/78/CONSU, datada de 03 de novembro de 1978, que passou a disciplinar as eleições diretas para o DCE (UFS, 1978).

Essa resolução, ao expor os motivos que a fundamentavam, considerou a solicitação da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PROEST) quanto à necessidade de que esse processo, acompanhado pelo citado órgão, deveria ocorrer de modo direto e não indireto. Depreendem-se deste posicionamento pelos menos dois aspectos relevantes: o primeiro deles é que a universidade passava a assumir oficialmente, ao menos desde 1976, a política de assistência estudantil (UFS, 1976), anteriormente assumida pelos estudantes e suas entidades nas décadas de 1950 e 1960; e o segundo aspecto é que, mesmo com a realização de eleições diretas, a PROEST seria a instância responsável pelas providências necessárias à realização das eleições para o DCE (UFS, 1979).

Essa nova formulação ainda assegurava à universidade o controle sobre o dito processo eleitoral; entretanto, esse controle passava a ocorrer de uma forma mais transparente, negociada e menos incisiva do que o exercido pela ASI/UFS (UFS, 1984/1986). Essa formulação, por sua vez, só apresentaria sinais de mudanças a partir de 1987, quando o representante da PROEST passa a figurar como membro da comissão eleitoral, esta subordinada às deliberações do Conselho de Entidades de Base – formado pelos representantes dos diretórios e dos centros acadêmicos –, aparecendo, portanto, como uma espécie de colaborador/observador (UFS, 1987).

Em termos legais, a Resolução nº 10/1978 do CONSU/UFS, por um lado, tomava como fundamento a Lei 5.540/1968, que delegava às universidades a responsabilidade para estipular os critérios de composição, estrutura e organização dos órgãos estudantis; por outro, procurava adequar o Regimento Geral da Universidade, o qual estava sendo discutido, às reivindicações estudantis por eleições diretas para o DCE.

Além disso, as discussões em torno da revogação do Decreto-Lei 477/1969 e do Decreto-Lei 288/1967 – legislações que controlavam e restringiam a autonomia do movimento estudantil universitário no período (OLIVEIRA, 2010: 29-46) –, terminaram com a sanção da Lei 6.680, de 16 de agosto de 1979, e a revogação dos citados decretos-lei (BRASIL, 1979). As discussões sobre o Regimento Geral da Universidade e a revogação da mencionada legislação devem ter contribuído para a configuração de um cenário jurídico e político mais propenso à elaboração da resolução que regulamentou a votação direta para a eleição do mencionado órgão estudantil na UFS.

### **Entre as eleições diretas para o DCE e a sociedade civil organizada**

As primeiras eleições diretas para o DCE coincidem com o fim da hegemonia de militantes próximos ao Partido Comunista Brasileiro (PCB) e o início da hegemonia da “Atuação”, tendência estudantil influenciada politicamente por uma mistura doutrinária leninista, trotskista e anarquista. Envoltos nesse caldeirão de ideias, foram eleitos pela tendência “Atuação” para presidir o DCE os estudantes: Clímaco Dias, entre 1978/79; Milson Barreto, entre 1979/80; João Francisco dos Santos, entre 1980/81; e Marcelo Déda Chagas, entre 1981/82 (DANTAS, 1997: 222-232). Nesse mesmo período, vivenciando uma fase de maior inquietação por parte da sociedade, alguns integrantes da mencionada tendência ajudariam a fundar em Sergipe o Partido dos Trabalhadores (PT).

Esse é o contexto da substituição do bipartidarismo pelo pluripartidarismo; da substituição da Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e do MDB por outras e novas legendas partidárias. Em Sergipe, as legendas partidárias ficaram assim constituídas: o Partido Democrático Social (PDS), formado pela antiga ARENA, com uso invertido das últimas letras do antigo PSD, e sob o controle de Augusto Franco; o Partido Popular (PP), ligado ao grupo de Tancredo Neves, sob a liderança de João Alves Filho e Celso de Carvalho; o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), organizado a partir do MDB; sob a liderança de José Carlos Teixeira e de Jackson Barreto; o Partido Democrático Trabalhista (PDT), ligado a Leonel

Brizola, sob a liderança do padre Joaquim Almeida; o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), ligado a grupos que defendiam o modelo trabalhista de Vargas, sob a liderança nacional de Ivete Vargas; e o Partido dos Trabalhadores (PT), formado por ex-militantes do PCB e estudantes da UFS que militavam na tendência Atuação (DANTAS, 1997: 222-232).

Nesse contexto de mudanças partidárias, ocorrido entre o final da década de 1970 e início da década de 1980, a sociedade sergipana, a exemplo de outros estados do país, começa a se organizar em favor da luta pela anistia, pelos direitos das mulheres, pela defesa dos direitos indígenas, em favor do movimento negro, na luta pela reabertura da UNE, pelas questões ambientais, por melhores condições de vida, na luta sindical pela valorização do ensino e dos salários dos professores, entre outras reivindicações específicas que, juntamente com a luta geral em favor da democracia, marcavam o ritmo das mobilizações dos estudantes e de vários outros setores da sociedade.

Em muitas dessas reivindicações, mobilizações ou discussões a presença de militantes e de ex-militantes do movimento estudantil universitário evidencia um importante enlace social. O movimento de mulheres em torno da defesa de seus direitos e em favor da anistia dos presos e exilados políticos é um exemplo desse enlace. Em Sergipe, esse movimento contou com a presença de Núbia Marques, Zelita Rodrigues Correia dos Santos, Ana Maria Rolemberg Côrtes, Tânia Soares de Souza, entre outras lideranças femininas. Convém salientar que as mulheres mencionadas, em momentos diferentes, tiveram passagem pelo movimento estudantil.

O resultado da luta dessas e de outras mulheres, a exemplo de Iara Viana de Assis, Lilian de Lins Wanderley, Maria Cecília Tavares, Maria Thétis Nunes e Ana Lúcia da Silva Braia, entre outras, pode ser estendido até a efetivação do Conselho Municipal da Condição Feminina, um dos primeiros conselhos dessa natureza instalado no país em meados da década de 1980. As discussões fomentadas nesses conselhos, formados em várias cidades do país, foi responsável por discussões importantes que anos depois resultaram na criação de políticas de saúde para a família e para a mulher (ARACAJU, 1987a), na defesa de direitos e garantias para as mulheres encaminhadas à Assembleia Nacional Constituinte (ARACAJU, 1987b), na criação

de delegacias especializadas para as mulheres, entre outras políticas em prol da condição feminina em uma sociedade que se redemocratizava e que formatava novos horizontes constitucionais, políticos e culturais.

Em relação à luta pela anistia em Sergipe, assim como em vários outros estados do país, é preciso destacar a importância do movimento político das mulheres em favor da anistia aos presos e exilados políticos (GONÇALVES, 2009:217-266). Elas promoveram reuniões, passeatas, discursaram a Assembleia Estadual, levantaram faixas, entre outras ações, mobilizações e protestos (ASSIS, 2010; NASCIMENTO, 2009). Todavia, tanto a luta pela anistia quanto o papel das mulheres em pró dessa luta no Estado de Sergipe ainda não foram devidamente evidenciados, portanto, aguardam a fomentação de pesquisas especializadas a respeito.

Outras discussões como o apoio dos estudantes universitários à questão dos remanescentes indígenas Xócos na luta pelas suas terras, a luta em favor dos moradores que ocuparam uma parte da região do bairro Coroa do Meio; a luta pela preservação dos manguezais da cidade de Aracaju (SANTANA NETO, 2008); a luta contra a poluição causada pela fábrica de cimento do bairro América (OLIVEIRA, 2008); a luta em favor do movimento negro, os debates sobre a transferência dos prédios dispersos da universidade do centro de Aracaju para o atual campus universitário, a luta pelo Restaurante Universitário (DCE, 1981: 6); a problemática das linhas de ônibus para o campus recém-construído, a retomada pela sociedade das comemorações do “1º de maio” em Sergipe (GAZETA DE SERGIPE, 1981: 2); a luta pela meia-passagem e contra o aumento do preço das tarifas dos ônibus, entre outras, também constituíram o cenário de atuação e a agenda de discussões dos estudantes universitários em Sergipe entre o final da década de 1970 e os primeiros anos da década de 1980.

Nesse período, portanto, a agenda de reivindicações e mobilizações dos estudantes universitários não só se ampliou como também passou a interagir com outros movimentos sociais (DANTAS, 1997: 220) – grande parte deles despontados a partir do contexto de abertura política e formados, ao menos em parte, por militantes e ex-militantes do movimento estudantil universitário. Um exemplo disso é o que também parece ter ocorrido com o

movimento estudantil universitário e os movimentos populares na cidade de Feira de Santana, Bahia (SILVEIRA, 2010: 108-149).

Entretanto, não obstante o surgimento das mencionadas lutas específicas e mesmo dos “novos” movimentos sociais em torno dessas mobilizações (GOHN, 1997; DOIMO, 1995; MELUCI, 2001), o movimento estudantil universitário em Sergipe, assim como o conjunto da sociedade brasileira mostrou-se unido em torno da experiência de resistência em face da ditadura e em favor da redemocratização do país (MOISÉS & ALBURQUERQUE, 1989; ABRAMO, 2006).

Em Sergipe, uma evidência importante de que a luta em favor da democracia envolvia os mais diferentes setores da sociedade organizada no período em discussão pode ser apreciada na convocação feita pelas lideranças responsáveis pela primeira festa do “dia do trabalho” – organizada pelos trabalhadores após o golpe civil-militar de 1964 – por que os sergipanos lutassem pelas “eleições livres e diretas em 1982”, porque agindo assim estariam dando “uma parcela significativa para a transformação da sociedade repressiva em uma sociedade democrática e justa” (GAZETA DE SERGIPE, 1981:1).

Nesse sentido, em relação aos estudantes universitários de Sergipe e em torno do mencionado foco de discussões, pelo menos quatro acontecimentos merecem destaque: a participação dos estudantes sergipanos no congresso de reconstrução da UNE, a greve dos universitários de 1979, as eleições para reitor na UFS e a participação dos estudantes universitários na campanha das Diretas-já no estado. Esta comunicação, entretanto, limitar-se-á aos dois primeiros acontecimentos.

### **Da reabertura da UNE à greve de 1979 na UFS**

*Daqui para Salvador nós [a delegação de estudantes de Sergipe] fomos parados umas quatro vezes pela Polícia Federal com metralhadoras e tudo, desarrumando nossas sacolas com o argumento de que estavam procurando drogas. Na verdade, o intuito era impedir a nossa chegada a Salvador, porque essas mesmas atitudes foram tomadas com as diversas delegações que saíam dos seus estados para ir a Salvador. Chegando a Salvador, nós participamos da abertura do Congresso no Centro de Convenções, que na época ficava distante do centro da cidade, e fomos*

*cercados pela polícia, cortaram energia, era sirene da polícia tocando o tempo todo, mas nós realizamos o congresso mesmo assim. (ARAÚJO, 2010)*

Dentro desse contexto de abertura, algumas lideranças universitárias de Sergipe engajaram-se na experiência de reconstrução da UNE, ocorrida no final de maio de 1979. Segundo Ruy Belém de Araújo, na época estudante de história, ele e o também estudante de história Clímaco Dias, então presidente do DCE/UFS, como representantes de Sergipe, estiveram juntamente com lideranças estudantis de quase todo o Nordeste, em Teresina, a fim de discutir os encaminhamentos para a preparação do congresso de reconstrução da UNE. Esse encontro preparatório, mesmo ocorrendo em um período de abertura política, somente pôde ocorrer depois que as lideranças estudantis conseguiram despistar os policiais militares que circundavam a rodoviária da capital do Piauí com o objetivo de impedir o citado encontro (ARAÚJO, 2010).

Ao chegarem a Sergipe, os mencionados representantes estudantis promoveram junto ao DCE, algumas reuniões preparatórias para o congresso de reconstrução da UNE, realizado no final de maio de 1979, na cidade de Salvador. Motivados pelas expectativas desse horizonte da política estudantil, segundo Araújo, aproximadamente trinta estudantes da UFS, em delegação fizeram-se presentes ao XXXI Congresso da UNE. A este respeito é importante frisar, que o mencionado congresso de reabertura/reconstrução da entidade nacional dos estudantes brasileiros, só veio a se efetivar cerca de onze anos depois do conturbado congresso de Ibiúna, ocorrido em 1968.

Segundo Ibarê Dantas, fundamentado em dados publicados na imprensa local (GAZETA DE SERGIPE, 1979: 1), o número de participantes de Sergipe que tomaram parte do mencionado conclave pode ter chegado a sessenta e seis estudantes em lugar de trinta (DANTAS, 1997: 221). Divergências à parte, quanto ao número de estudantes universitários do estado que participaram do mencionado congresso, a participações desses estudantes foi marcada pelo lançamento de uma carta aberta à sociedade e pela repressão praticada pelas forças de

segurança contra a mencionada delegação de estudantes no trajeto da viagem de Aracaju para Salvador e no citado conclave estudantil.

Em relação à carta aberta, documento publicado pelo jornal *Gazeta de Sergipe*, ela traça um histórico acerca da importância da UNE, critica a invasão e o fechamento da entidade e, sobretudo, revela as expectativas dos estudantes universitários a respeito de sua reabertura, além de tecerem discussões a respeito do processo educacional e de redemocratização da sociedade brasileira (GAZETA DE SERGIPE, 1979: 1).

Além das expectativas expressas pela carta aberta dos estudantes da UFS, ao externar apoio ao congresso de reabertura da UNE, a participação desses estudantes no citado congresso foi marcada também pela atuação repressiva das forças de segurança contra a delegação de universitários que viajaram de Aracaju para Salvador, assim como por situações de tensões vividas durante a realização mencionado conclave (ARAÚJO, 2010)

Não obstante as tensões e repressões sofridas, a reabertura da UNE parece ter conferido certo ânimo ao movimento estudantil universitário. Em Sergipe, por exemplo, meses após o término do congresso, mais precisamente em 12 de outubro de 1979, aconteceu uma greve dos estudantes que duraria aproximadamente 13 dias (GAZETA DE SERGIPE, 1979a: 1). A greve, motivada, inicialmente, contra a regulamentação do processo de jubramento – ou seja, a expulsão dos alunos que excediam o tempo regulamentar dos seus respectivos cursos –, terminou por se converter numa demonstração de unidade e de força dos estudantes (GAZETA DE SERGIPE, 1979b: 1).

Segundo Araújo, a greve teria sido puxada pelos estudantes dos centros de humanidades, que na época estavam localizados onde hoje é o Instituto de Previdência do Estado de Sergipe (IPES). Na época, segundo sua narrativa, esse era o centro com mais mobilização, sobretudo por causa da atuação dos estudantes de história e de letras. Só depois é que a greve veio a receber o apoio das outras áreas do conhecimento. A esse respeito é interessante observar como ele descreve a experiência de mobilizações dos estudantes, que no período estavam dispersos em prédios, relativamente próximos, no centro de Aracaju (ARAÚJO, 2010).

Avaliando essa questão, o então estudante de letras e presidente do Diretório Acadêmico Amando Fontes, Antônio Alves do Amaral, intelectual do campo das artes, ao descrever as experiências vividas no período em que atuou como militante estudantil, destacou que naquele momento eles brigavam “por uma universidade mais independente, mais livre” (AMARAL, 2011).

O historiador Ibarê Dantas criticou os riscos e excessos que a empolgação estudantil havia gerado (DANTAS, 1997: 222). Para ele, os motivos dos estudantes e as conquistas por eles alcançadas com a greve daquele outubro de 1979 – no qual eles conseguiram o fim do jubramento e a redução do índice de frequência nas aulas para 40% – haviam sido postos em meio a um contexto político frágil e de muitas incertezas.

Dentro dessa perspectiva, Ruy Belém de Araújo, trinta um anos depois, ao reavaliar os resultados políticos da mencionada greve, esclarece que naquele momento os estudantes, empolgados com a reconstrução da UNE, intensificaram o desejo de mobilização. A esse respeito, ele recorda que a diretoria da UNE, constituída no congresso de maio de 1979, chegou a encaminhar representantes com o intuito de agilizar o término da greve, pois temiam que ela fosse o estopim para o desencadeamento de mais uma ação repressiva da ditadura. Mas mesmo assim, os estudantes decidiram continuar a greve, pois para eles, segundo Araújo, aquele movimento, não obstante os riscos políticos, significava articular os olhares da comunidade universitária para a necessidade de abrir mais vagas, mais cursos e, sobretudo, mobilizar a sociedade em favor dos valores democráticos (ARAÚJO, 2010).

No centro desse debate estava a contenda entre os diferentes projetos políticos de cada uma das tendências que disputavam a hegemonia no movimento estudantil universitário de Sergipe naquele contexto: a tendência “Construção”, vinculada à linha do PCB, que defendia uma postura mais legalista dentro do campo democrático; a tendência “Atuação”, que naquele momento esteve sob influência trotskista e leninista, inclinada a estimular ações políticas mais firmes em consonância com o contexto histórico que se vivia no final da década de 1970; e, por fim, a tendência “Viração”, sob orientação do Partido Comunista do Brasil (PC do B), que

se mostrou mais empenhada em radicalizar o combate à ditadura, sobretudo a partir de 1982, quando ganha a eleição para o DCE/UFS (ARAÚJO, 2010).

A respeito da postura legalista adotada pelos militantes próximos ao PCB, justificada em razão do histórico de dura repressão que eles sofreram, Araújo recorda que quando eles queriam conversar com Wellington Manguiera – ex-líder estudantil dos anos de 1960, militante do Partidão, preso político submetido à tortura e tido como uma referência para os estudantes daquele período – procuravam se reunir com ele altas horas da noite, por voltas das 23 ou 24 horas, na casa onde funcionava o DCE, próximo à sede da antiga Legião Brasileira de Assistência (LBA), ou então às escondidas em sua residência ou na casa de Milson Barreto, outro militante da tendência “Atuação”, para despistar as atenções das autoridades de segurança (ARAÚJO, 2010). Estes cuidados foram confirmados tanto por Wellington Dantas Manguiera Marques (2007) quanto por sua esposa e também militante política, Laura Maria Ribeiro Marques (2010).

## **Os significados de um passado presente**

A história desse passado próximo relaciona-se com as discussões do tempo presente da sociedade brasileira. Trata-se de uma história em construção que é objeto de um contínuo processo de (re)interpretação e (re)significação envolvendo, por um lado, as fontes que registram as experiências desse passado e, por outro lado, o historiador que as avalia a partir dos debates teóricos, metodológicos, historiográficos, acadêmicos e políticos de seu tempo.

Dentro dessa perspectiva, analisar – a partir de algumas experiências do movimento estudantil universitário em Sergipe – a (re)organização da sociedade civil brasileira no contexto de abertura política dos anos 1970 revela interpretações de um processo histórico que não foi automático nem tampouco mecânico. Descortina, portanto, alguns dos meandros que levaram ao desgaste e desmonte da ditadura civil-militar a que o país esteve submetido ao largo de 21 anos, de 1964 a 1985. Nas sendas desses acontecimentos, parte do movimento estudantil

universitário em Sergipe interagiu com a sociedade no combate à ditadura e a favor da democracia.

Dessa forma, o ensino superior e a formação de seus efetivos estudantis, parafraseando Roger Chartier (1990: 225), através de suas práticas culturais e sociais, ajudam a constituir, reproduzir e/ou renovar os diferentes projetos políticos da sociedade moderna, no caso dos diferentes projetos políticos da sociedade brasileira no período de transição da ditadura civil-militar para a redemocratização do país.

### Fontes e referências bibliográficas

ABRAMO, Zilah Wendel, MAUÉS, Flamarion (Orgs.). *Pela democracia e contra o arbítrio: a oposição democrática, do golpe de 1964 à campanha das Diretas Já*. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2006.

ALVES, Milton. Entrevistado por José Vieira da Cruz. Aracaju/SE, 11/08/2010.

AMARAL, Antonio Alves. Entrevistado por José Vieira da Cruz, Janiclécia Rezende dos Anjos Nascimento, Luciene Cardoso Vasconcelos e Tânia Maria Lima Rabêlo. Aracaju/SE, 26/04/2011

ANDRADE, José Anderson Farias, BARRETO, Lívia Rocha Teles, FLORÊNCIO, Maria Juliene Menezes. *Registro e lembranças: a militância feminina em Sergipe na segunda metade do século XX*. Aracaju: UNIT, 2011 (Trabalho de conclusão de curso).

ARACAJU. A mulher e a constituinte. Aracaju: Conselho Municipal da Condição Feminina, 1987.

ARACAJU. *Filhos!.. até quando?*. Aracaju: Conselho Municipal da Condição Feminina, 1987.

ARAÚJO, Ruy Belém de. Entrevistado por José Vieira da Cruz. Aracaju/SE, 20/08/2010.

ASSIS, Iara Viana de. Entrevistada por José Vieira da Cruz, José Anderson Farias Andrade, Lívia Rocha Teles Barreto e Maria Juliene Menezes Florêncio. Aracaju/SE, 13/04/11.

BENEDITO, Mouzar, TACUS. “ABC do Calouro: guia prático tira-dúvidas” [história em quadrinhos]. In: DCE. *Jornal do Calouro*: publicações do DCE e dos DAs. Aracaju: UFS, nº 2, 1978, p.1.

BEZERRA, Antônio Porciano. Entrevistado por Gislaíne Santos Carvalho. Aracaju/SE, 14/08/2008.

BRASIL. Lei 6.689, 16 de agosto de 1979.

- CHARTIER, Roger. *A História cultural: entre práticas e representações*. Tradução Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Editora Bertrand, 1990, p. 225.
- CÔRTEZ, Ana Maria Santos Rolemberg. Entrevistada por José Vieira da Cruz, José Anderson Farias Andrade, Lívia Rocha Teles Barreto e Maria Juliene Menezes Florêncio. Aracaju/SE, entrevistada nos dias 06/04/11 e 26/05/11.
- DANTAS, Beatriz Góis, DALLARI, Dalmo de Abreu. *Terra dos índios Xocó*. São Paulo: Comissão Pró-índio, 1980.
- DANTAS, José Ibarê Costa. *A tutela militar em Sergipe, 1964/1984: partidos e eleições num estado autoritário*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.
- DCE. “Comece participando” [editorial]. In: *Jornal do Calouro: publicações do DCE e dos DAs*. Aracaju: Universidade Federal de Sergipe, nº 2, 1978a, p.2.
- DCE. *Boletim do DCE*. São Cristóvão: Editado pela comissão de imprensa, 31 de março de 1981, p. 6.
- DCE. *Carta aberta* [em apoio ao congresso de reconstrução da UNE]. In: GAZETA DE SERGIPE. *Estudantes iniciam congresso em Salvador*. Ano XXII, nº 6.204, 29 de maio de 1979, p.1.
- DCE. *Nota expedida pelo Diretório Central dos Estudantes da Universidade Federal de Sergipe*. 1978b.
- DCE. Of. cir. nº 03/1977/DCE/FUFSE, de 03 de agosto de 1977, endereçado aos membros do Conselho de Representantes do DCE. In: Arquivo Central da UFS: Fundo Gabinete do Reitor/Vice-Reitor.
- DOIMO, Ana Maria. *A vez e a voz do popular: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará/ANPOCS, 1995.
- GAZETA DE SERGIPE. *A Greve acabou*. Ano XXII, nº 6272, 25 de outubro de 1979a, p.1
- GAZETA DE SERGIPE. *Dia do trabalhador: em Aracaju festa e lanche, em Propriá pedirão reforma agrária, urgente*. Ano XXIII, nº 6774, 01 a 02 de maio de 1981a, p. 2.
- GAZETA DE SERGIPE. *Estudantes fazem greve*. Ano XXII, nº 6261, 12 de outubro de 1979b, p.1
- GAZETA DE SERGIPE. *Estudantes iniciam congresso em Salvador*. Ano XXII, nº 6.204, 29 de maio de 1979c, p.1.
- GAZETA DE SERGIPE. *Protesto e lanche fazem hoje a festa do trabalhador: SE*. Ano XXIII, nº 6774, 01 a 02 de maio de 1981b, p. 1.
- GOHN, Maria da Glória. *Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo: Edições Loyola, 1997.
- GONÇALVES, Danyelle Nilin. *O preço do passado: anistia e reparação de perseguidos políticos no Brasil*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

- MARQUES, Laura Maria Ribeiro. Entrevistada por José Vieira da Cruz, Livia Rocha Teles Barreto, Maria Juliene Menezes Florêncio, Renilma Mendonça Caetano, Tatiana Vieira Rosa. Aracaju/SE, 23/05/2010.
- MARQUES, Wellington Dantas Manguiera. Entrevistado por Gardênia Correia Palmeira e Glícia Laís Macedo Silva. Aracaju/SE, 05/10/2007.
- MATHIAS, Suzeley Kalil. *Distensão no Brasil: o projeto militar (1973-1979)*. Campinas: Papirus, 1995.
- MELUCI, Alberto. *A invenção do presente: movimentos sociais nas sociedades complexas*. Tradução Maria do Carmo Alves Bomfim. Petrópolis: Vozes, 2001.
- MOISÉS, José Álvaro, ALBUQUERQUE, J. A. Guilhon (orgs.). *Dilemas da consolidação da democracia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- MÜLLER, Angélica. *A resistência do movimento estudantil brasileiro contra o regime ditatorial e o retorno da UNE à cena pública (1969-1979)*. Paris: Centre d' Histoire Sociale Du XXème Siècle/ Universidade de Paris I/Panheéon Sorbone; São Paulo: FFLCH/USP, 2010.
- NASCIMENTO, Araci Bispo do. Entrevistado por José Vieira da Cruz, Fernanda de Andrade Santos, Lidiane Barbosa de Góis e Rose Carla de Araújo Oliveira. Aracaju/SE. 28/11/2009.
- OLIVEIRA, Daniele Teles de. "Movimento estudantil em Belo Horizonte: ações e reações dos estudantes ao decreto-lei 477 (1969-1979)". In: *Revista e-hum*, Belo Horizonte, vol.3, nº 2, 2010, pp. 29-46. Disponível em: <http://www.unibh.br/revistas/ehum/>
- OLIVEIRA, Valéria Maria Santana. *Movimento social e conflitos socioambientais no bairro América – Aracaju/SE: o caso da Companhia de Cimento Portland de Sergipe (1967-2000)*. São Cristóvão: PRODEMA/UFS, 2008 (dissertação de mestrado).
- SANTANA NETO, Domingos Félix de. Entrevistado por Armando F. Filho, Claudiane Torquato e Washington Teles. Aracaju/SE, 17/06/2008.
- SANTOS, Osmário. *Memórias de políticos de Sergipe no século XX*. Aracaju: Gráfica J. Andrade, 2002, pp. 166-169.
- SILVEIRA, Jamile Silva. *Lutas populares e movimento estudantil: trajetória política dos estudantes na UEFS (1976-1988)*. Salvador: PPGH/UFBA, 2010 (dissertação de mestrado), pp. 108-149.
- UFS. Of. cir. nº 34/1979/PROEST/CPCR, de 11 de setembro de 1979. In: PDPH, ofícios recebidos pelo IFCH.
- UFS. Relatório das eleições estudantis 87.2, 30 de dezembro de 1987, 6 p. In: Arquivo Central da UFS: Fundo CCET, Caixa 17, Item 70.
- UFS. Relatórios das eleições estudantis dos anos de 1984.2, 1986.1 e 1986.2. In: Arquivo Central da UFS: Fundo CCET, Caixa 17, Item 70, 74 e 75.

UFS. Resolução nº 10/1978/CONSU, de 03 de novembro de 1978. In: Arquivo CONSU/FUFSE.

UFS. Resolução nº 33/1976/CONSU. In: Arquivo CONSU/FUFSE.

UFS/PROEST. Relatório das eleições estudantis 79.1, 28 de maio de 1979, 5 p. In: Arquivo Central da UFS: Fundo CCET, Caixa 17, Item 70.